

Mudanças estruturais no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul: 1981-2007

Raul Luís Assumpção Bastos*

1 INTRODUÇÃO

Sob a vigência do modelo de desenvolvimento econômico por substituição de importações, entre os anos 30 e os 70 do século passado, o mercado de trabalho brasileiro apresentou, como uma de suas características fundamentais, a heterogeneidade (Souza, 1980; 1980a; Salm, 1987). Essa heterogeneidade é apreendida pela presença, em sua estrutura ocupacional, de uma proporção significativa de trabalhadores por conta própria, empregados domésticos e trabalhadores sem remuneração, bem como pelo fato de que uma parcela dos assalariados se encontrava à margem dos mecanismos de proteção social, representados pela posse da carteira de trabalho assinada.

É inegável que o modelo de substituição de importações esteve associado a taxas de crescimento do produto elevadas, em média, assim como teve uma capacidade razoavelmente grande de geração de ocupação e, em particular, de emprego assalariado (Salm, 1987). Não se pode, portanto, desprezar o dinamismo desse modelo, pois ele contribuiu para que o País passasse por um processo de transformação de sua estrutura produtiva, com o avanço da industrialização, bem como ampliasse o regime de trabalho assalariado. Todavia, dado que o País também convivia com um ritmo de crescimento populacional elevado, assim como com um processo de emigração das áreas rurais para as urbanas, a possibilidade de um avanço maior na homogeneização do mercado de trabalho viu-se limitada, tendo a estrutura ocupacional de

* Economista, Técnico da FEE.

O autor agradece as críticas e sugestões a uma versão preliminar deste estudo de André Luiz Leite Chaves, Míriam De Toni, Norma Herminia Kreling, Roberto da Silva Wiltgen e Walter Arno Pichler. Agradece também a Romeu Luiz Knob e André Luiz Leite Chaves pelo apoio no trabalho com os microdados da PNAD. Erros e omissões por acaso remanescentes no estudo são de inteira responsabilidade do autor.

continuar abrigando uma parcela relevante de inserções que não correspondiam ao emprego assalariado, com proteção social (Dedecca; Baltar, 1997).

Nos anos 80, ocorreu o esgotamento do modelo de desenvolvimento por substituição de importações. O período foi caracterizado pela crise da dívida externa e pela recessão do começo dos anos 80, pela alta inflação e por diversas tentativas frustradas de estabilização monetária. Apesar da severidade da recessão do início desse decênio, ela não se manifestou, no âmbito do mercado de trabalho, em uma elevação acentuada na incidência do desemprego (Saboia, 1986; 1991; Amadeo et al., 1994; Baltar; Henrique, 1994). O aspecto do mercado de trabalho que continuou inspirando maior preocupação, mesmo em um ambiente econômico tão adverso, era o das inserções ocupacionais que poderiam ser reunidas sob o rótulo de trabalho informal (Cacciamali, 1989; 1994; Dedecca; Baltar, 1997).

Os anos 90 caracterizaram-se por grandes mudanças na economia brasileira e no mercado de trabalho. A economia passou por uma profunda crise no início do período, devido a uma tentativa de estabilização monetária malsucedida. A abertura comercial, a globalização, as privatizações e a redefinição do papel do Estado, configuraram uma ruptura em relação ao modelo de substituição de importações. A estabilização monetária de 1994 retirou o País do regime de alta inflação, mas estava combinada com uma macroeconomia adversa ao crescimento, pois ancorada na apreciação cambial e em taxas de juro elevadas. Esse conjunto de eventos acabou provocando um processo de reestruturação do parque produtivo do País, com a adoção seletiva de inovações pelas empresas, de mudanças organizacionais e de terceirização das atividades. Nesse ambiente, o mercado de trabalho experimentou elevação intensa do desemprego, bem como o aumento da ocupação por conta própria e do emprego assalariado sem carteira, mudança que ficou reconhecida como de precarização do trabalho (Baltar, 2003; IPEA, 2006; Toni, 2007). Por insuficiente que possa ter sido, o longo movimento de estruturação do

mercado de trabalho brasileiro, iniciado nos anos 30, estava nitidamente interrompido nos anos 90 (Pochmann, 2008, cap. 2).

Todavia, no decênio seguinte, ocorreram mudanças que indicam uma retomada do movimento de estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Particularmente a partir de 2004, com o País apresentando uma melhor *performance* em termos de taxas de crescimento do produto, de recuperação da formação bruta de capital e do consumo das famílias, assim como por meio de iniciativas em termos de regulação do trabalho, ocorreu um aumento da capacidade de geração de oportunidades de trabalho, com ênfase no emprego assalariado com carteira, o que permitiu a redução da incidência do desemprego e da precarização das inserções no mercado de trabalho (Cardoso Jr., 2007; Toni, 2007). Combinado às políticas sociais e de recuperação do salário mínimo real, esse ambiente também favoreceu a queda da desigualdade de rendimentos no País.

Tendo por base os aspectos descritos acima sumariamente, este estudo tem o propósito de fazer uma análise de longo prazo do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul (RS), procurando identificar e interpretar as suas principais mudanças estruturais entre os anos 80 e a primeira década deste século. A fonte empírica em que está baseado o estudo é a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (PNAD, 1981-1989; 1992-1999; 2001-2007), do IBGE. A mudança metodológica na PNAD, em 1992, trouxe consigo implicações sobre a própria estrutura deste trabalho, que é a que segue.¹ Na seção 2, aborda-se, de forma sucinta, o comportamento da ocupação, do desemprego e dos rendimentos no Estado, no período 1981-89; a seção 3, mais extensa, abarca o período 1992-2007, na qual se analisa a evolução da oferta de trabalho, da ocupação, do desemprego e dos rendimentos; nas **Considerações finais**, encontra-se um sumário das principais evidências proporcionadas pelo estudo.

¹ Sobre as mudanças metodológicas da PNAD a partir de 1992, que tornaram os seus dados relativos à mão de obra distintos dos da série existente até 1990, ver Dedecca (1998).

2 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS 80²

2.1 O desempenho do nível ocupacional

Os anos 80 foram caracterizados pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento por substituição de importações, pela crise da dívida externa e pelo processo de aceleração inflacionária. O País e o Estado passaram a registrar um desempenho macroeconômico de instabilidade das taxas de crescimento do produto, sendo essas particularmente adversas no período 1981-83, configurando uma crise econômica. A instabilidade também se manifestou sob a forma de crescimento do nível geral de preços, o qual, após a interrupção verificada quando da implementação do Plano Cruzado em 1986, voltou a crescer aceleradamente, até configurar uma hiperinflação ao final dos anos 80.

O nível de ocupação no RS cresceu a uma taxa média anual de 1,8% no período 1981-89, o que representou um incremento de cerca de 570 mil postos de trabalho na comparação de 1981 com 1989 ([Gráfico 1](#)). Não obstante isso, quando se analisa esse período de forma mais pormenorizada, constata-se que, de 1981 a 1983 e em 1988, o nível ocupacional ficou absolutamente estagnado no Estado. No início dos anos 80, a crise econômica abateu-se sobre o mercado de trabalho, fazendo com que a capacidade de absorção de mão de obra ficasse extremamente debilitada. Na fase de recuperação econômica que se estendeu até 1987, houve melhora na geração de oportunidades de trabalho no Estado. Ao final dos anos 80, o aumento da instabilidade macroeconômica trouxe consigo, novamente, uma evolução desfavorável para o nível ocupacional. Tendo por referência esses movimentos, percebe-se que a criação de ocupação pela economia do RS, nos anos 80, ficou circunscrita basicamente ao período 1984-87.

² Nesta seção, a análise começa em 1981, pelo fato de a fonte empírica deste trabalho, a PNAD, não estar disponível para 1980, ano em que o IBGE realizou o Censo Demográfico.

As taxas médias anuais de crescimento da ocupação em nível setorial, no RS, nos anos 80, foram, de modo geral, positivas, sendo exceções as das atividades agrícolas e do segmento denominado outras atividades industriais, este último de menor importância quantitativa ([Tabela 1](#)). Na agricultura, ocorreu forte retração do nível ocupacional, com a perda de 185 mil ocupações na comparação de 1981 com 1989. Apesar de todas as adversidades do decênio em análise, na indústria de transformação, principal segmento do Setor Secundário, a ocupação apresentou crescimento bastante superior ao da média da ocupação total, tendo elevado o seu estoque de ocupados em 186 mil trabalhadores. Embora o objetivo aqui não seja o de examinar a evolução setorial da ocupação ano a ano, cabe mencionar que, também no caso da indústria de transformação do Estado, a melhora do nível ocupacional não ocorreu continuamente, ao longo dos anos 80, tendo-se concentrado, de forma mais nítida, em 1985, 1986 e 1988. No âmbito do Terciário, os desempenhos do nível ocupacional que mais se destacaram foram os do comércio, da prestação de serviços e da administração pública: na comparação de 1981 com 1989, essas atividades incrementaram os seus contingentes de ocupados em 200 mil, 165 mil e 48 mil trabalhadores respectivamente.

Os movimentos acima descritos tiveram como implicação mudanças na composição setorial da ocupação no Estado, na comparação de 1981 com 1989: o Setor Primário perdeu 9,1 pontos percentuais em sua parcela relativa na ocupação total; enquanto o Terciário registrou aumento de 7,0 pontos percentuais; e o Secundário, uma ampliação mais modesta no seu peso relativo, de 1,7 ponto percentual.³ Portanto, o Setor Terciário, no RS, foi o que mais avançou a sua importância em termos ocupacionais, enquanto o Primário foi aquele que nitidamente sofreu perda. Ainda assim, não se deve perder de vista que o Setor Primário continuava a

³ O ganhos de participação relativa na ocupação total do RS dos Setores Secundário e Terciário não somam exatamente a perda do Setor Primário, porque existem ocupados no segmento denominado outras atividades, o qual não é possível alocar em nenhum dos setores.

representar uma grande parcela relativa da ocupação total do Estado ao final dos anos 80, evidenciando, por um lado, que esse setor não pode ser desprezado em termos de oportunidades de trabalho; por outro, mostra também que a estrutura setorial da ocupação do Estado continuava distante daquela das economias desenvolvidas, nas quais o Setor Primário tem uma participação ínfima na ocupação total.

De acordo com a posição na ocupação, constata-se que, praticamente, todas as formas de inserção no mercado de trabalho do RS exibiram crescimento dos seus estoques nos anos 80, sendo exceção a dos trabalhadores não remunerados ([Tabela 2](#)). Esse segmento sofreu um declínio acentuado do seu contingente, de cerca de 180 mil trabalhadores, na comparação de 1981 com 1989, o que pode ser interpretado como a redução de um arcaísmo em termos de relações de trabalho. Quanto ao emprego assalariado, ele cresceu a um ritmo superior ao da ocupação total, tendo-se ampliado em aproximadamente 500 mil trabalhadores entre o início e o final do período em análise. No que diz respeito aos assalariados, é necessário segmentá-los segundo a posse ou ausência da carteira de trabalho assinada, dadas as diferenças em termos de direitos e garantias legais que existem entre ambos. Conforme se pode perceber, o emprego sem carteira cresceu a um ritmo superior ao dos com carteira nos anos 80, o que deve ser tomado como um indicador das adversidades pelas quais o mercado de trabalho gaúcho passava no período.⁴ Um aspecto a ser também mencionado é o de que, na recessão do início dos anos 80, o emprego com carteira apresentou retração mais intensa do que o sem carteira. Ainda assim, dos 500 mil empregos criados na comparação de 1981 com 1989, cerca de 70,0% eram com carteira de trabalho.

⁴ Nos anos 80, a PNAD incluía, entre os empregados sem carteira de trabalho, os servidores públicos estatutários e os militares. Portanto, é necessário ter presente esse aspecto quando da análise do emprego sem carteira nesse decênio. De qualquer forma, os resultados relativos ao comportamento do emprego segundo a posse da carteira de trabalho aqui apresentados, para esse período, são corroborados por estudos realizados no âmbito nacional (Saboia, 1991; Baltar; Henrique, 1994; Urani, 1995).

O contingente de trabalhadores por conta própria, o segundo em tamanho na estrutura ocupacional do Estado, também cresceu, nos anos 80, em um ritmo superior ao da média da ocupação total, tendo elevado o seu estoque em 187 mil pessoas. Com menor expressão quantitativa, o segmento de empregadores foi o que revelou crescimento mais acelerado no período, com um incremento de 67 mil ocupados.

2.2 A evolução do desemprego

No que diz respeito a sua evolução, o desemprego no mercado de trabalho do RS evidenciou um agravamento no começo do decênio e em 1987-88 ([Gráfico 2](#)). Na recessão do início dos anos 80, a taxa de desemprego elevou-se, atingindo 4,2% em 1983, que foi o seu nível mais alto no período em análise. Logo após, no bojo da recuperação econômica, a incidência do desemprego passou por um processo de redução, situando-se em apenas 1,6% em 1986, o seu valor mínimo nos anos 80. Se, por um lado, esse nível da taxa de desemprego captura os efeitos de melhora da atividade econômica, com ênfase na expansão proporcionada pelo Plano Cruzado, por outro, também sugere os limites da metodologia da PNAD para aferir, de forma adequada, esse fenômeno em mercados de trabalho heterogêneos, como o do Brasil e o do RS, pois, em 1986, os seus resultados indicavam que o desemprego no Estado teria sido praticamente erradicado, o que não é plausível. No período 1987-88, em um ambiente de aumento da instabilidade macroeconômica, o desemprego voltou a crescer. Finalmente, coadunando-se com a recuperação econômica de 1989, ocorreu redução do desemprego no Estado: naquele ano, a incidência do desemprego havia ficado em 2,5%, abaixo do patamar verificado em 1981.

O contingente de desempregados reduziu-se muito pouco no Estado, na comparação de 1981 com 1989, situando-se em 110 mil pessoas neste último ano ([Tabela 3](#)). Esse comportamento do estoque de desempregados deveu-se ao ritmo de crescimento da População

Economicamente Ativa (PEA), que foi idêntico ao do contingente de ocupados (1,8% ao ano, entre 1981 e 1989), o que mostra que a capacidade de absorção de mão de obra pela economia regional foi suficiente para incorporar o aumento da oferta de trabalho.

Segmentando-se o desemprego de acordo com o sexo, é interessante constatar que, na recessão do início dos anos 80, houve maior crescimento da sua incidência entre os homens no Estado, a ponto de a sua taxa de desemprego ficar levemente acima daquela das mulheres ([Gráfico 2](#)). Todavia, de 1985 em diante, a incidência do desemprego mostrou-se sempre superior entre as mulheres, indicando uma situação de maior fragilidade dessas no mercado de trabalho regional. A distribuição do estoque de desempregados, ainda assim, praticamente não apresentou mudança na comparação de 1981 com 1989, sendo composto por cerca de 60,0% de homens e de 40,0% de mulheres ([Tabela 3](#)).

Quanto à evolução do contingente de desempregados, por faixas etárias, no RS, pode-se perceber que esse apresentou redução entre as crianças e os jovens e aumento entre os adultos ([Tabela 3](#)). O crescimento do estoque de desempregados adultos fez com que o segmento de 25 a 39 anos expandisse a sua parcela relativa no desemprego total de 24,2% em 1981 para 28,6% em 1989, e o de 40 a 59 anos, de 9,6% para 14,2%. Nessa mesma base comparativa, o segmento de jovens de 15 a 19 anos diminuiu a sua parcela relativa no desemprego total de 34,7% para 28,9%, mantendo, ainda assim, a maior proporção de desempregados entre os diferentes grupos etários.

2.3 Rendimentos dos ocupados em um contexto de instabilidade monetária

Os rendimentos dos ocupados no RS evidenciaram um comportamento adverso durante a crise do início dos anos 80, atingindo o piso de todo o decênio em 1983 ([Gráfico 3](#)).⁵ A partir de 1984, no bojo do processo de

⁵ No Gráfico 3, optou-se por não apresentar os rendimentos médios reais do ano de 1982, porque a PNAD desse ano utilizou, na captação de suas informações sobre mão de obra, um período de referência que se estendia de 26 de setembro a 12 de dezembro, o

retomada da atividade econômica, os rendimentos ingressaram em uma trajetória de recuperação, que perdurou até 1986. Naquele ano, o rendimento médio real dos ocupados situou-se no seu maior valor nos anos 80. Conforme se reconhece, o comportamento dos rendimentos em 1986 esteve associado à expansão econômica e à redução do crescimento do nível geral de preços proporcionada pela implementação do Plano Cruzado, a qual permitiu que a inflação passasse de cerca de 240,0% em 1985 para 59,0% em 1986, quando medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE. Todavia, com o retorno da aceleração da inflação, o rendimento médio real voltou a declinar em 1987 e 1988, para, posteriormente, recuperar-se, parcialmente, em 1989: neste último ano, ele se situava 25,8% acima daquele registrado em 1981. Esse desempenho dos rendimentos médios reais é um tanto surpreendente, em face da inconstância do crescimento do produto e da instabilidade monetária observadas no período.

De acordo com a posição na ocupação, constata-se que os rendimentos dos trabalhadores assalariados tiveram um desempenho mais modesto no RS, nos anos 80 ([Tabela 4](#)). A taxa de crescimento média anual dos rendimentos dos empregados foi de 1,8%, bastante abaixo da média dos ocupados como um todo, que registrou 2,9%. Conforme se constata, o ritmo de crescimento do salário médio real foi semelhante para os trabalhadores com carteira *vis-à-vis* aos sem carteira (taxas de crescimento de 1,7% ao ano e 1,8% ao ano, respectivamente). O segmento por conta própria evidenciou um crescimento do seu rendimento médio real levemente inferior àquele da totalidade dos ocupados. Quanto aos empregadores, essa foi a posição na ocupação que, em ampla medida, exibiu a melhor *performance* dos rendimentos, com um crescimento médio anual de 5,7%. Esse comportamento dos rendimentos dos empregadores revela uma maior capacidade de determinação do seu nível de renda, em um ambiente de alta inflação. Tal fato, combinado à

que tornaria arbitrária a escolha do mês a partir do qual inflacionar os dados de rendimentos.

evolução dos rendimentos das outras inserções ocupacionais, deve ter contribuído para o agravamento da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho do RS nos anos 80.⁶

Segmentando-se os ocupados por sexo, percebe-se que a trajetória dos rendimentos de homens e de mulheres, no RS, foi semelhante ao longo dos anos 80, ainda que um pouco mais favorável para os primeiros ([Gráfico 3](#)). Tomando-se o período como um todo, o rendimento médio real dos homens apresenta uma taxa média anual de crescimento de 3,2%, enquanto o das mulheres registra 2,8%. Mas o que mais se destaca é a diferença de nível de rendimentos existente entre sexos: o rendimento médio real das mulheres correspondia a somente 56,1% daquele dos homens em 1981, e a 54,4% em 1989. Dois argumentos que podem ser aventados para explicar essa diferença desfavorável às mulheres são a persistência de aspectos discriminatórios no âmbito do mercado de trabalho e o fato de que parte das mulheres ocupadas se encontra inserida no trabalho doméstico, o qual evidencia, historicamente, baixo padrão remuneratório.

3 AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL: 1992-2007⁷

3.1 Aspectos demográficos e oferta de trabalho

No estudo ora desenvolvido, uma dimensão de análise necessária para a compreensão do comportamento do mercado de trabalho do RS é a relativa às mudanças demográficas e na oferta de trabalho, no período enfocado. As mudanças de interesse, portanto, dizem respeito à População em Idade Ativa (PIA) e à População Economicamente Ativa. A primeira é definida como o conjunto de indivíduos de 10 anos ou mais de idade, enquanto a última corresponde aos membros da PIA que participam

⁶ Sobre o aumento da desigualdade de rendimentos dos ocupados nos anos 80, no âmbito nacional, ver Baltar e Henrique (1994).

⁷ Quanto ao conteúdo desta seção, deve-se assinalar que este trabalho foi concluído antes da revisão da PNAD de 2007 pelo IBGE, cuja divulgação ocorreu em setembro de 2009.

do mercado de trabalho. É a interação de ambas que determinará o comportamento da oferta de trabalho regional.

A PIA gaúcha registrou uma taxa média anual de crescimento de 1,3% no período 1992-99, tendo-se elevado de cerca de 7,4 milhões para 8,2 milhões de pessoas ([Tabela 5](#)). Já no período 2001-07, ocorreu um aumento do ritmo de crescimento da PIA, que passou para 1,8% ao ano, com o que, essa atingiu cerca de 9,5 milhões de pessoas em 2007. No que diz respeito ao comportamento da PEA, de forma distinta, o seu ritmo de crescimento foi bem mais modesto no período 1992-99 (0,6% ao ano) em relação ao período 2001-07 (1,7% ao ano). Uma tentativa de interpretação para o ritmo de crescimento da PEA nos anos 90 está relacionada com a baixa capacidade de geração de oportunidades de trabalho no período, o que pode ter contribuído para que os membros da PIA se sentissem menos motivados para participarem do mercado de trabalho regional.

Como o ritmo de crescimento da PIA foi superior ao da PEA, isso trouxe consigo uma redução da taxa de participação⁸ no mercado de trabalho do RS ([Gráfico 4](#)). Assinale-se que esse indicador declinou basicamente nos anos 90, dado que, de 2001 a 2007, manteve uma trajetória de relativa estabilidade. Assim, a taxa de participação reduziu-se de 69,8% em 1992 para 66,8% em 1999, que era praticamente o mesmo nível em que se encontrava em 2007.

Se a PIA urbana apresentou um padrão de crescimento semelhante nos anos 1990 e em 2000-07, a PIA rural evidenciou um comportamento díspar entre estes dois períodos, de redução no primeiro e de crescimento no último ([Tabela 5](#)). Isso fez com que a PIA urbana elevasse a sua parcela relativa na PIA total, de 77,2% em 1992 para 81,1% em 2007. Esses movimentos também ocorreram entre os membros da PEA, no âmbito das regiões urbana e rural do Estado, mas com maior intensidade, dado que o decréscimo da PEA rural foi ainda mais severo no período

⁸ A taxa de participação corresponde à proporção da PIA que está engajada em atividades laborais.

1992-99. Com isso, a parcela relativa da força de trabalho urbana na PEA total elevou-se de 72,1% em 1992 para 78,0% em 2007.

Segmentado-se a PIA do Estado por sexo, constata-se que ela evidenciou o mesmo ritmo de crescimento para homens e mulheres nos anos 90, enquanto, no período 2001-07, o crescimento da PIA masculina foi levemente superior ao da feminina ([Tabela 5](#)). De qualquer forma, essa evolução demográfica praticamente não alterou a distribuição da PIA total entre homens e mulheres: tanto em 1992 quanto em 2007, a parcela relativa majoritária era de mulheres (cerca de 52,0%) em comparação aos homens (cerca de 48,0%). No âmbito do mercado de trabalho do Estado, identifica-se que, somente no período 2001-07, ocorreu uma diferença mais acentuada de ritmo de crescimento da PEA feminina *vis-à-vis* à masculina (2,0% ao ano contra 1,4% ao ano). Esse comportamento alterou um pouco a distribuição da PEA total, com a redução da parcela relativa de homens (de 56,0% em 1992 para 54,8% em 2007) e a consequente elevação da proporção de mulheres (de 44,0% para 45,2%).

Como foi visto anteriormente, ocorreu redução da taxa de participação no mercado de trabalho do RS, sendo esse fenômeno mais circunscrito aos anos 90 ([Gráfico 4](#)). Analisando-se esse indicador por sexo, constata-se que a taxa de participação apresentou redução tanto para homens quanto para mulheres nos anos 90, mas, no período 2001-07, esse processo teve continuidade somente entre os homens. Com base nessas evidências, dois aspectos sobressaem-se: o primeiro deles é o de que ocorreu uma redução da diferença entre a taxa de participação masculina e a feminina, de 21,6 pontos percentuais em 1992 para 17,2 em 2007; o segundo, um tanto inesperado, é o de que, na comparação desses mesmos anos, houve redução da taxa de participação feminina no mercado de trabalho do RS. Esse aspecto pode ser assim considerado pelo fato de que estudos sobre esse tema no âmbito nacional têm revelado uma gradativa mudança no padrão de comportamento das mulheres em relação ao engajamento em atividades laborais, no sentido de aumentá-lo (IPEA, 2006, cap. 2 e 5).

Quanto à evolução da PIA por faixas etárias, a constatação mais geral é a de que os indivíduos que pertenciam aos segmentos com idade mais avançada no Estado apresentaram ritmo de crescimento bem mais acelerado, em comparação aos demais ([Tabela 4](#)). A implicação desse processo é a de que a participação relativa dos adultos de 40 a 59 anos na PIA total passou de 24,4% em 1992 para 31,2% em 2007, e a dos idosos de 60 anos ou mais, de 11,1% para 15,0%. Todas as outras faixas etárias registraram perda de participação relativa na PIA total do Estado. Pode-se, com isso, trabalhar com a compreensão de que se está caminhando em direção a uma estrutura etária cada vez mais madura da PIA.

Movimentos semelhantes são observados na força de trabalho estadual, no sentido de que foi entre os segmentos com idade mais avançada que ocorreu crescimento mais acelerado da PEA. Como decorrência, o peso relativo dos indivíduos de 40 a 59 anos na PEA total elevou-se de 27,8% em 1992 para 37,1% em 2007, e a dos idosos de 60 anos ou mais, de 7,4% para 8,2%. A par desses aspectos, cabe assinalar que houve um decréscimo bem mais acelerado da força de trabalho entre as crianças de 10 a 14 anos e entre os jovens adolescentes de 15 a 19 anos. No que diz respeito ao comportamento da PEA desses dois grupos etários, incidem claramente fatores de ordem institucional e socioeconômica: no caso das crianças, é importante ter presente que, desde o final dos anos 90, o ingresso legal no mercado de trabalho do País somente se pode dar a partir dos 16 anos, o que está contribuindo para coibir a sua inserção em atividades laborais; quanto aos jovens adolescentes, o contexto de elevada incidência do desemprego, agravado nos anos 90, deve estar compelindo-os à permanência na escola e ao adiamento do ingresso no mercado de trabalho.

3.2 Ocupação: desempenho e estrutura

A ocupação no RS teve um desempenho muito insatisfatório no período 1992-99, com uma taxa média anual de crescimento de somente

0,2%, revelando uma capacidade ínfima de geração de oportunidades de trabalho pela economia gaúcha. De forma distinta, no período 2001-07, constata-se uma evolução do nível ocupacional mais positiva, com uma taxa média anual de crescimento de 1,7%. Essa inflexão no ritmo de crescimento da ocupação entre os dois períodos esteve associada a mudanças no ambiente econômico: no primeiro deles, a abertura comercial com apreciação cambial desencadeou um processo de reestruturação produtiva, cujas consequências foram muito adversas sobre o nível ocupacional; no último, a desvalorização cambial de 1999 e os contextos nacional e internacional mais favoráveis, entre 2001 e 2007, contribuíram para a retomada da geração de ocupação pela economia do Estado.

No âmbito setorial, o desempenho do nível ocupacional, no período 1992-99, foi negativo na agricultura e nas atividades inseridas no Secundário, com exceção da construção civil, enquanto as do Terciário registraram, de modo geral, taxas positivas de crescimento, contrapondo-se ao impacto adverso dos outros dois setores na determinação da ocupação total na economia do Estado ([Tabela 6](#)). Se, no caso da atividade agrícola, o desempenho negativo do nível ocupacional pode estar capturando uma tendência mais geral de redução da capacidade de absorção de mão de obra desse setor, no do Secundário, é mais apropriado trabalhar-se com a hipótese de que os eventos que ocorreram nos anos 90 — abertura comercial com apreciação cambial e reestruturação produtiva — incidiram de uma forma mais intensa na ocupação desse setor, no sentido de reduzi-la.

Nesta última década, o nível ocupacional, no Setor Secundário do RS, seguiu uma trajetória distinta daquela dos anos 90, ao retomar o crescimento, enquanto, no Terciário, o movimento foi de continuidade da expansão na ocupação, mas em ritmo mais modesto ([Tabela 6](#)).⁹ Nas atividades agrícolas, a ocupação voltou a ter um comportamento

⁹ Como ocorreu, em 2002, uma mudança na classificação das atividades econômicas na PNAD, isso restringiu a análise do comportamento da ocupação por ramos de atividade econômica na primeira década deste século ao período 2002-07.

semelhante ao dos anos 90, pois manteve a tendência de retração. Os movimentos acima esboçados trouxeram consigo uma mudança na composição setorial da ocupação no Estado ([Gráfico 5](#)): o Terciário ampliou a sua parcela relativa na ocupação total, de 44,9% em 1992 para 49,3% em 2007; o Primário reduziu a sua participação relativa, de 32,1% para 23,8%; e o Setor Secundário, devido à retomada que ocorreu em 2001-07, registrou uma elevação na sua participação relativa na ocupação total, de 23,0% em 1992 para 26,9% em 2007, passando a superar em tamanho o Setor Primário.

Quanto às formas de inserção na estrutura ocupacional do RS, o período 1992-99 evidenciou, como tendências gerais, estagnação no emprego com carteira de trabalho assinada e crescimento nas demais modalidades, com exceção dos trabalhadores não remunerados e do segmento outros, cujos estoques apresentaram declínio ([Tabela 7](#)). Esse comportamento das diferentes inserções na ocupação acabou configurando um processo que foi reconhecido, no plano tanto nacional quanto local, como de precarização do trabalho (Baltar, 2003; IPEA, 2006; Xavier Sobrinho et al., 2000; Toni, 2007), pois, enquanto o emprego com carteira permanecia estagnado, o sem carteira, o conta própria e o trabalho doméstico estavam crescendo e, conseqüentemente, ampliando a sua proporção na estrutura ocupacional do Estado, tornando-a mais heterogênea.

A principal mudança no comportamento da ocupação por posição no RS, no período 2001-07, foi a retomada na geração de emprego com carteira, que cresceu a uma taxa média anual de 3,5%, representando cerca de 65,0% da criação total de ocupação, nessa base comparativa. Esse fato, combinado com a continuidade do descenso do estoque de trabalhadores não remunerados, contribuiu para que o processo de estruturação do mercado de trabalho no Estado voltasse a ganhar fôlego. Essa compreensão pode ser confirmada da seguinte forma: somando-se as parcelas relativas das duas modalidades de inserção na ocupação de melhor qualidade, os empregados com carteira e os militares e

estatutários, constata-se que a sua proporção na ocupação total, que era de 37,0% em 1992, se havia ampliado para 40,2% em 2007.

No que diz respeito às tendências da ocupação no RS, segundo a localização espacial e os atributos pessoais dos trabalhadores, o seguinte elenco de aspectos pode ser destacado: (a) por situação do domicílio, o desempenho do nível ocupacional foi superior no meio urbano, em comparação ao meio rural; isto fez com que a parcela relativa das áreas urbanas do Estado na ocupação total passasse de 71,0% em 1992 para 76,9% em 2007; (b) por sexo, a ocupação cresceu um pouco mais entre as mulheres, especificamente em 2001-07; mesmo assim, a proporção de mulheres na ocupação total alterou-se muito pouco, passando de 43,6% em 1992 para 44,0% em 2007; (c) por faixas etárias, ocorreu crescimento da ocupação ao longo de todo o período analisado somente entre os segmentos de idade mais avançada; assim, a participação relativa dos indivíduos de 40 a 59 anos na ocupação total elevou-se de 28,5% em 1992 para 38,5% em 2007, enquanto a dos idosos de 60 anos ou mais passou de 7,7% para 8,7%; (d) por níveis de escolaridade, houve retração do estoque de ocupados entre os segmentos menos instruídos e elevação entre aqueles com oito anos de estudo ou mais; alguns desdobramentos dessas mudanças podem ser exemplificados pela redução da participação relativa dos ocupados com um a sete anos de estudo na ocupação total do Estado, de 61,0% em 1992 para 41,8% em 2007; de forma distinta, aqueles com 11 a 14 anos de estudo apresentaram um aumento, na sua proporção na ocupação total, de 12,7% para 27,4%.

3.3 Desemprego: evolução e características

O desemprego evidenciou uma trajetória bastante adversa no RS, nos anos 90 ([Gráfico 6](#)). Em um contexto de estagnação na capacidade de

geração de oportunidades de trabalho, mas, no qual, a PEA continuava a crescer, a taxa de desemprego elevou-se de 4,3% em 1992 para 7,3% em 1999, enquanto o estoque de desempregados aumentou cerca de 76,0%, tendo passado de 226 mil para 398 mil desempregados. Ainda que não existam estatísticas comparáveis com os decênios anteriores, é possível que, nos anos 90, tenha havido um agravamento sem precedentes do desemprego no Estado.

No período 2001-07, observa-se uma modesta redução da incidência do desemprego no RS, comparativamente aos níveis atingidos ao final do decênio anterior. Essa redução do desemprego esteve associada com uma recuperação parcial na capacidade de absorção de mão de obra pela economia local, conforme visto anteriormente. Ainda assim, como o ritmo de crescimento da ocupação foi semelhante ao da PEA, em 2007, a incidência do desemprego encontrava-se bastante próxima à verificada em 2001. É relevante também assinalar que o nível médio da taxa de desemprego no RS, em 2001-07, se encontrava acima do verificado no decênio anterior. Essa evidência pode constituir-se em uma indicação de que a incidência do desemprego tenha passado a se situar em um novo patamar, no mercado de trabalho regional. Uma hipótese que se coloca a esse respeito é a de que tal fenômeno seria derivado do processo de reestruturação produtiva dos anos 90, o qual estaria a demandar taxas de crescimento do produto mais elevadas, para aumentar a criação de emprego e, com isso, proporcionar um declínio do desemprego para patamares próximos aos existentes no passado.

Quanto à distribuição espacial do desemprego no Estado, dois aspectos devem ser ressaltados: o primeiro deles é o de que esse fenômeno é eminentemente urbano, dado que mais de 90,0% do estoque de desempregados se encontram nas áreas urbanas; o segundo é o de que o desemprego cresceu a um ritmo mais acelerado nas áreas rurais, com ênfase particular no período 2001-07, fazendo com que aumentasse a participação relativa dessas no estoque de desempregados do RS, de apenas 3,5% em 1992 para 5,5% em 2007 ([Tabela 8](#)).

De acordo com os atributos pessoais, constata-se que o desemprego cresceu, no Estado, em um ritmo semelhante entre homens e entre mulheres, nos anos 90, mas, no período 2001-07, o comportamento do desemprego entre os sexos foi díspar, pois houve redução no caso dos homens e elevação no das mulheres ([Tabela 8](#)). A implicação desse processo foi a de que ocorreu acentuado aumento da proporção de mulheres no estoque de desempregados, de 54,4% em 1992 para 62,6% em 2007. Segundo as faixas etárias, nos anos 90, o desemprego cresceu para todos os segmentos, com exceção das crianças, tendo evoluído de forma particularmente adversa para os adultos de 40 a 59 anos e para os idosos de 60 anos e mais. Já no período 2001-07, o desemprego ampliou-se em um ritmo bem mais moderado entre os diferentes grupos etários, evidenciando inclusive declínio nos segmentos de crianças e de idosos, que, contudo, possuem contingentes de pequeno tamanho. Como decorrência, as principais mudanças na composição do desemprego foram o aumento do peso relativo dos adultos de 40 a 59 anos (de 12,8% em 1992 para 17,3% em 2007) e a redução da proporção de crianças (de 8,4% para 2,2%). No caso dos adultos, o aumento da sua participação no estoque de desempregados está, em alguma medida, associado com um processo que opera pelo lado da demografia e da oferta de trabalho, no sentido de estar ocorrendo expansão desse grupo etário tanto na PIA quanto na PEA do Estado; no caso das crianças, a redução da sua participação relativa no desemprego, como já mencionado, está vinculada com aspectos legais, como a idade mínima de ingresso legal no mercado de trabalho, que as excluiu da atividade econômica, assim como pela implementação de programas de erradicação do trabalho infantil no âmbito do Governo Federal, os quais contam com apoio da Organização Internacional do Trabalho (IPEA, 2006, cap. 5).

Quanto ao desemprego por faixas de escolaridade no Estado, tanto nos anos 90 quanto no período 2001-07, ocorreu crescimento mais intenso entre os segmentos de maior nível de educação formal. No que se refere especificamente ao período 2001-07, os menos escolarizados

evidenciaram, inclusive, uma trajetória de redução nos seus contingentes de desempregados. Com referência a essas tendências, identifica-se uma grande mudança na composição do desemprego por níveis de escolaridade: o grupo de indivíduos com oito a 10 anos de estudo aumentou a sua proporção no estoque total de desempregados de 19,0% em 1992 para 32,4% em 2007; e o de 11 a 14 anos de estudo, de 14,2% para 29,0%; de forma antagônica, o grupo com um a sete anos de estudo reduziu a sua parcela relativa no estoque total de desempregados de 57,5% para 30,9%. A interpretação proposta para essas mudanças é a de que elas são, em parte, uma manifestação de fatores relacionados com a demografia e com a oferta de trabalho, no sentido em que houve crescimento dos grupos mais escolarizados na PIA e na PEA, ampliando a parcela relativa desses segmentos no mercado de trabalho e tornando-os mais representados no desemprego.

3.4 Rendimentos dos ocupados

Para se analisarem os rendimentos dos ocupados nos anos 90, é necessário recuperar brevemente alguns elementos do contexto macroeconômico que influenciaram o seu comportamento. A esse respeito, uma das referências mais relevantes é a estabilização monetária que ocorreu após a implementação do Plano Real, em 1994. Esse plano de estabilização permitiu que o País eliminasse a hiperinflação que vinha ocorrendo desde o final dos anos 80 e passasse a conviver, a partir de 1995, com um regime de baixa inflação. Em seu estágio inicial, esse processo de desinflação proporcionou um ganho real nos rendimentos dos trabalhadores ocupados, conforme será mostrado a seguir. Todavia a inconstância do crescimento econômico e o aumento do desemprego fizeram com que a melhora nos rendimentos reais fosse gradativamente se debilitando ao final do decênio.

O rendimento médio real dos ocupados no RS elevou-se a uma taxa média anual de 3,0% no período 1992-99 ([Tabela 9](#)). Não obstante esse

desempenho possa ser considerado positivo, é importante assinalar, como foi aludido acima, que o rendimento médio real apresentou uma trajetória nítida de incremento até 1996, ficando, no restante do decênio, com uma tendência não muito bem definida ([Gráfico 7](#)). Já no período 2001-07, o rendimento médio real registrou um ritmo de crescimento bem mais modesto, de 0,9% ao ano. Constata-se, também, que o desempenho positivo dos rendimentos se deveu, fundamentalmente, à recuperação iniciada a partir de 2004, dado que, no início da década, o seu comportamento havia sido adverso.

Desagregando-se a ocupação por sexo, verifica-se que o comportamento do rendimento médio real das mulheres ocupadas no RS foi mais favorável do que o dos homens no período 1992-99, com uma taxa média anual de crescimento de 4,3% para as primeiras contra a de 2,6% para os últimos ([Gráfico 7](#)). De forma distinta, no período 2001-07, foram os rendimentos dos homens ocupados que apresentaram desempenho superior ao das mulheres (taxas médias anuais de crescimento de 1,1% e 0,6% respectivamente). Tendo por referência esses comportamentos, o rendimento médio real das mulheres, que representava cerca de 60,0% daquele dos homens em 1992, havia elevado essa proporção para 68,0 % em 2007. Se, por um lado, essa mudança está a apontar uma redução no diferencial de rendimentos entre homens e mulheres ocupadas no mercado de trabalho do RS; por outro, ela também mostra a persistência de uma desigualdade significativa entre os sexos, em termos de níveis remuneratórios.

Entre as diferentes inserções ocupacionais, constata-se que o salário médio real dos empregados teve uma evolução levemente inferior a do rendimento médio real do total de ocupados no Estado. A par desse aspecto, o salário médio real dos trabalhadores sem carteira cresceu mais do que o dos com carteira, particularmente no período 2001-07. É difícil encontrar razões objetivas para explicar o comportamento mais satisfatório do salário médio real dos sem carteira nos primeiros sete anos deste século. Duas possíveis interpretações podem ser propostas a esse

respeito: a primeira delas é a de que o País deixou de ter uma política salarial nos moldes das existentes até a implementação do Plano Real, o que teria eliminado uma fonte de proteção para os rendimentos dos empregados com registros formais, que, se assume, era menos efetiva entre os trabalhadores sem carteira. A segunda é a de que o processo de recuperação do emprego formal, no período 2001-07, se tenha dado com base na contratação de trabalhadores com salários mais baixos, o que traria consigo um efeito negativo sobre o comportamento dos seus salários médios reais.

O segmento de trabalhadores domésticos foi o que evidenciou o maior crescimento do rendimento médio real no RS, tanto nos anos 90 quanto no período 2001-07 ([Tabela 9](#)). Esse comportamento dos rendimentos dos trabalhadores domésticos tem de ser interpretado com base na evolução do salário mínimo real, no País, desde meados dos anos 90, bem como na política implementada pelo Governo do Estado a partir de 1999, de pisos regionais. A argumentação que aqui se coloca é a de que, dado que os trabalhadores domésticos possuem historicamente um baixo padrão remuneratório, o processo de recuperação do salário mínimo real e o fato de essa categoria ter a cobertura do piso regional foram os fatores que possibilitaram os avanços no poder de compra desse segmento ocupacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi o de procurar identificar e analisar as principais mudanças ocorridas no mercado de trabalho do RS, ao longo do período 1981-2007.

Os anos 80 foram marcados pela crise econômica no início do período, pela concomitante estagnação na capacidade de geração de ocupação e pelo aumento da incidência do desemprego no mercado de trabalho do RS. A partir de 1984, houve uma recuperação da geração de oportunidades de trabalho no Estado, tendo essa se concentrado entre

aquele ano e o de 1987. No final do decênio, em um ambiente de aumento da instabilidade macroeconômica, o nível ocupacional não apresentou uma trajetória clara. De qualquer forma, em 1989, a incidência do desemprego estava abaixo daquela do início do período.

O emprego assalariado cresceu em ritmo superior ao da média da ocupação total no RS, nos anos 80. Entre os assalariados, o ritmo de aumento do emprego com carteira foi levemente inferior ao dos sem carteira. Dada a importância do emprego com carteira na determinação da qualidade das inserções ocupacionais, essa foi uma característica menos promissora do desempenho do mercado de trabalho regional naquele período. Em sentido antagônico, ocorreu uma retração tanto absoluta quanto relativa do segmento de trabalhadores não remunerados, o que poderia sugerir estar em andamento um processo de erradicação de uma das formas precárias de inserção na estrutura ocupacional. No âmbito dos principais setores de atividade econômica, os anos 80 registraram aumento da ocupação no Terciário e no Secundário, mas intensa retração no Primário. Não obstante a grande instabilidade monetária, ocorreu crescimento do rendimento médio real dos ocupados, na comparação entre o começo e o final dos anos 80. Como o crescimento do salário médio real foi muito inferior ao do rendimento médio real dos empregadores, trabalhou-se com a compreensão de que esse foi um período em que se ampliou a desigualdade de rendimentos entre os ocupados, no RS.

Como exposto no corpo do trabalho, os anos 90 apresentaram um ritmo de crescimento ocupacional muito baixo, o qual se aproximou de uma situação de praticamente absoluta estagnação na geração de oportunidades de trabalho pela economia do RS. Em um ambiente em que se aprofundaram a abertura comercial e a reestruturação produtiva e predominaram baixas taxas de crescimento do produto, o desemprego ingressou em uma trajetória ascendente, atingindo os seus níveis mais elevados ao final do decênio. O processo de elevação do desemprego, combinado com a ausência de criação de emprego com carteira,

consubstanciou-se em um fenômeno que passou a ser reconhecido como de precarização do trabalho. A dimensão do mercado de trabalho cujo desempenho foi mais razoável é a dos rendimentos, cuja elevação se deu após a estabilização monetária proporcionada pelo Plano Real.

De acordo com as evidências disponíveis, no período 2001-07, ocorreu uma retomada na criação de oportunidades de trabalho pela economia do RS. De particular relevância, foi o desempenho do emprego assalariado com carteira, cujo ritmo de crescimento foi o mais elevado entre as diferentes formas de inserção na estrutura ocupacional. A esse respeito, na comparação de 2001 com 2007, cerca de 65,0% das ocupações geradas pela economia do Estado eram de assalariados com carteira. Esse aspecto, assim como a continuidade do declínio absoluto do estoque de trabalhadores não remunerados, permite afirmar que o período foi de retomada no processo de estruturação do mercado de trabalho regional. Tal processo, ainda assim, não trouxe consigo uma retração acentuada do desemprego, dado que, em 2001-07, houve igualdade entre os ritmos de crescimento da PEA e do estoque de ocupados no Estado. Como mostrado, os rendimentos dos ocupados também registraram um desempenho modesto, que se deveu principalmente à recuperação observada de 2004 a 2007.

Tomando-se os anos 90 e o período 2001-07 como um todo, constatam-se avanços do Setor Terciário na ocupação total do RS e do Setor Secundário — devido, exclusivamente, à recuperação ocorrida em 2001-07 — e uma retração da parcela relativa ao Setor Primário. Essas mudanças fizeram com que o Secundário passasse a deter, em 2007, a segunda posição na estrutura setorial da ocupação do Estado. De qualquer forma, por mais que tenha havido declínio na participação relativa do Setor Primário, ainda assim, esse continuava representando, ao final do período analisado, cerca de um quarto da ocupação total do RS.

Como tendências, no mercado de trabalho do RS, no período 1992-2007, identifica-se também aumento das parcelas relativas de indivíduos inseridos nas áreas urbanas, de mulheres — ainda que levemente —, dos

segmentos de adultos e de idosos e dos mais escolarizados. Em alguma medida, essas mudanças se processaram por meio de fatores que operaram pelo lado da oferta de trabalho, apreendendo aspectos relativos tanto à evolução demográfica quanto à socioeconômica. No que se refere aos jovens de 15 a 24 anos, embora tenham perdido participação relativa na força de trabalho estadual, eles correspondiam à proporção de cerca de 48,0% do estoque de desempregados em 2007, sendo essa levemente superior a de 1992, constituindo-se, assim, em um segmento de grande tamanho e com uma das condições de inserção mais adversas no mercado de trabalho regional.

Referências

AMADEO, E. et al. **A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho desde 1980**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para discussão, n. 353).

BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, M., HENRIQUE, W. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo, UNESP; UNICAMP, 2003.

BALTAR, P.; HENRIQUE, W. Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. In: OLIVEIRA, C. et al. (Org.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta; MTb, 1994.

CACCIAMALI, M. A economia informal 20 anos depois. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 21, n. 4, p. 217-232, 1994.

CACCIAMALI, M. Emprego no Brasil durante a primeira metade da década de 80. In: SEDLACEK, G.; BARROS, R. (Ed.) **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1989. (Série monográfica, n. 35).

CARDOSO Jr., J. As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. **Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**, v. 6, n. 2, p. 87-108, 2007.

DEDECCA, C. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD: síntese metodológica. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 103-114, 1998.

DEDECCA, C.; BALTAR, P. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, v. 27, n. esp., p. 65-84, 1997.

IBGE. **Síntese de indicadores da pesquisa básica da PNAD de 1981-1989**. Rio de Janeiro, 1990.

IPEA. **Brasil: o estado de uma nação**. Brasília, 2006.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 1981-1989; 1992-1999; 2001-2007.

POCHMANN, M. Desenvolvimento nacional e mercado de trabalho. In: POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SABOIA, J. **Emprego nos anos oitenta: uma década perdida**. Rio de Janeiro: IEI;UFRJ, 1991. (Texto para discussão, n. 258).

SABOIA, J. Transformações do mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983. **Revista de Economia Política**, v. 6, n. 3, p. 82-106, 1986.

SALM, C. (Coord.). **O mercado de trabalho brasileiro: estrutura e conjuntura**. Rio de Janeiro: IEI, MTb, 1987.

SOUZA, P. **A determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas**. Campinas: UNICAMP, 1980. (Tese de Doutorado).

SOUZA, P. **Emprego, salários e pobreza**. São Paulo: HUCITEC, 1980a.

TONI, M. Precarização do trabalho a partir dos anos 90: reversão da tendência no período recente? In: BASTOS, R. (Coord.). **Dimensões da precarização do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2007.

URANI, A. Tendências recentes da evolução da ocupação no Brasil. In: FERNANDES, R. (Org.). **O trabalho no Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: LTr, 1995.

XAVIER SOBRINHO, G. et al. Mercado de trabalho do Rio Grande do Sul nos anos 90. In: FLIGENSPAN, F. (Coord.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.